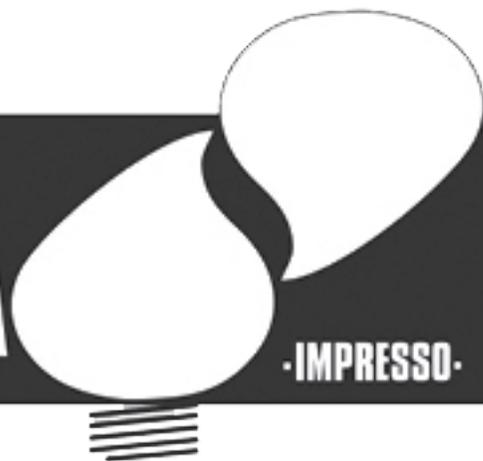




INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1343 - 05 de janeiro de 2017



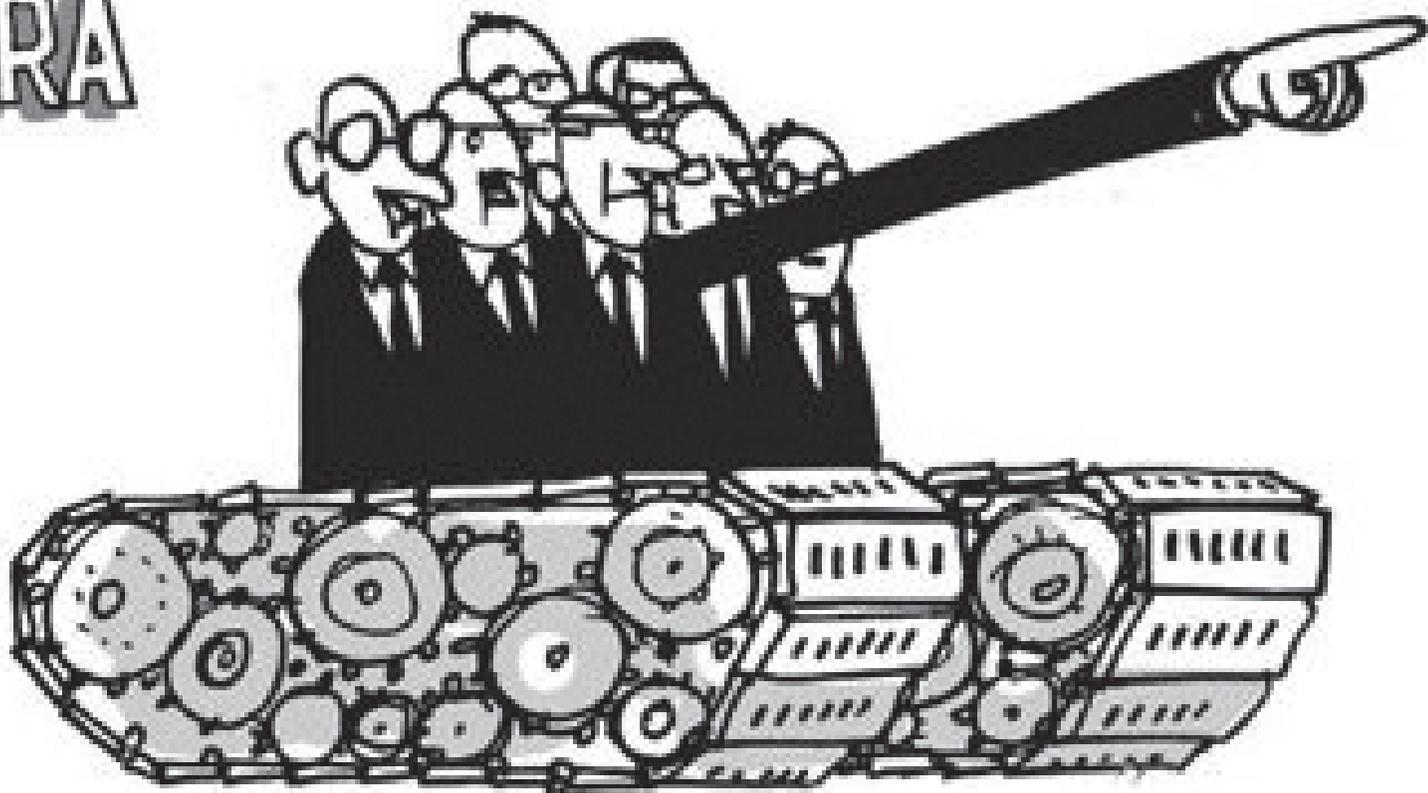
·IMPRESSO·

O que esperar de

2017?

Reforma aprovada no fim de 2016 dá mostras de retrocesso nos direitos trabalhistas

GOLPE A BRASILEIRA



© UERTE

GOLPE I

Uma "tunga" de R\$ 105 bilhões nas teles

GOLPE II

Fim da valorização do Salário Mínimo no Brasil

RETROSPECTIVA

2016 na Eletrobras: o ano da Ética?



Uma "tunga" de R\$ 105 bilhões

Governo Federal esbanja patrimônio público para salvar empresas privadas de telecomunicações

Está acontecendo nesse exato momento um grande golpe no bolso do brasileiro. Segundo o Tribunal de Contas da União, o affair pode chegar a R\$ 105 bilhões. Isso faz o prejuízo da Petrobras pelas mãos das empreiteiras e políticos envolvidos na Lava-Jato, de R\$ 20 bilhões, parecer fchinha. Para você ter uma idéia, dá para pagar quatro anos de Bolsa Família. Ou dá para cobrir os R\$ 72,5 bilhões do rombo da Previdência da União em 2016. Esses são os números da chamada "Operação Oi".

Essa trama começa em junho. Quando a Oi entrou com o maior pedido de recuperação judicial do país, no valor de R\$ 65 bilhões. Poucos dias depois saíram as primeiras reportagens sobre uma possível "mudança regulatória" nas regras do setor das telecomunicações, que o governo estudava para "estimular a economia". Foi uma das primeiras iniciativas na área econômica de Michel Temer, então ainda presidente interino. O responsável era o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab.

O que essa "mudança regulatória" propõe?

Pela lei vigente no Brasil, quando os contratos das Teles terminarem, em 2025, elas têm a obrigação de devolver parte do seu patrimônio físico à união, patrimônio que elas vêm usando e administrando desde a privatização. São antenas, cabos, torres, instalações, redes e milhares de imóveis. É patrimônio do país, não das teles e segundo o TCU vale R\$105 bilhões. Mas com a nova lei esse patrimônio vai ficar com as empresas. Em troca, elas se "comprometem" a investir valor equivalente. Na verdade tudo não passa de uma iniciativa do governo para viabilizar uma "operação salvação" da Oi. As outras teles

também saem ganhando: Claro, Vivo, Algar e Sercomtel. Mas o foco é a Oi.

A operação é tão escabrosa que a população não sabe nem exatamente o quanto é o tamanho da tunga. Reportagem de Felipe Frazão na Veja, esse final de semana, cita um valor de R\$ 20 bilhões, e mais R\$ 20 bilhões em perdão de multas das Teles. Mas o TCU fala de R\$ 105 bilhões, depois de fazer uma auditoria.

Apesar dos valores gigantescos, o Projeto de Lei da Câmara foi aprovado sem alarde na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, semana passada. Já seguiu para Michel Temer sancionar. Mais uma vez, Brasília age na calada da noite. Aprovam leis importantíssimas na correria, sem o Brasil nem entender o impacto delas. Nesse caso, sem as leis nem chegarem a serem votadas em plenário.

Em vez de acabar com o modelo de concessão da telefonia fixa, afetando também a internet banda larga, deveria ser implementado um modelo de regulação por camadas que institucionalize o direito de acesso à internet e aos serviços de telecomunicações, entendem organizações como a Associação de Defesa do Usuário de Serviços de Telecomunicações (ADUS) e o Fórum Nacional pela Democratização das Telecomunicações (FNDC).

Proteste, o Intervozes e o Fórum Nacional pela Democratização das Telecomunicações (FNDC).

A Campanha "Banda Larga é Direito Seu!", que reúne diversas organizações da sociedade civil preocupadas com a universalização da internet, propõe que a camada de rede (infraestrutura de redes de transporte), seja regulada no regime público, estabelecendo metas de universalização e modicidade tarifária, enquanto a camada de serviços de telecomunicações (oferta de acesso até o usuário final) seja um regime privado.

"Apesar dos valores gigantescos, o Projeto de Lei da Câmara foi aprovado sem alarde na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, semana passada. Já seguiu para Michel Temer sancionar. Mais uma vez, Brasília age na calada da noite. Aprovam leis importantíssimas na correria, sem o Brasil nem entender o impacto delas"

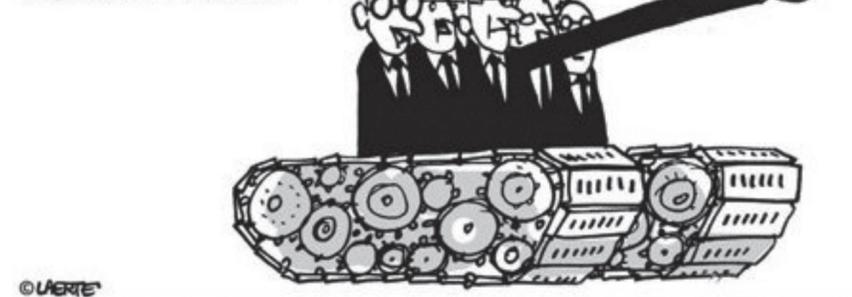
O que esperar de 2017?

Reforma aprovada no fim de 2016 dá mostras de retrocesso nos direitos trabalhistas

2016 foi um ano de pleno retrocesso. Mas a verdade é que o golpe dado apenas preparou o terreno para o verdadeiro ataque aos trabalhadores. A "minireforma trabalhista" aprovada pelo Governo Federal trouxe uma grande preocupação para o centro das negociações de Acordos Coletivos de trabalho: a prevalência do negociado sobre o legislado. O que isso quer dizer? Quer dizer que os direitos fundamentais dos trabalhadores, garantido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pode ser rebaixado, através de um acordo coletivo. Os defensores da mudança dizem que ela dá mais poder aos sindicatos, mas a verdade é completamente diferente. Ao permitir que se negociem condições inferiores às garantidas na CLT, o governo dá ainda mais força para empresários.

A pouca consciência política brasileira é perceptível no alto número de categorias profissionais desorganizadas. Estas, onde não há um sentimento de pertença, onde os trabalhadores não se reconhecem como um coletivo, estão fadadas à perda ou diminuição sistemática de direitos fundamentais como pagamento férias, intervalo de almoço e 13º salário. A realidade, no entanto, é muito pior. Categorias bastante organizadas e com histórico combativo hoje já enfrentam inúmeros problemas para realizar movimentos e atos em defesa de seus direitos. Os bancários recentemente fizeram um movimento de greve de 30 dias apenas para "empatar" com a inflação. Na Eletrobras a categoria ficou dividida e a mediação da justiça do traba-

GOLPE A BRASILEIRA



© UERTE

lho foi necessária para fechamento do Acordo. Na Celesc, após 15 anos a Diretoria resolveu apostar no embate, levando os trabalhadores a realizarem 10 dias de greve, que terminou com mediação do Ministério Público, e manutenção de direitos para quem é trabalhador, mas com retirada de direitos para quem entrar na empresa a partir de agora. Respalhando o golpe contra a classe trabalhadora, a justiça brasileira vêm acabando com o direito de

greve, restringindo a atuação de sindicatos e interferindo no direito à manifestação dos trabalhadores.

A prevalência do negociado sobre a CLT em nada fortalece os sindicatos. Mas há um caminho. O que fortalecerá os sindicatos e garantirá os direitos é a consciência e a participação dos trabalhadores junto aos sindicatos. É a organização e defesa de seus direitos. Portanto, mais do que nunca, 2017 é o ano da união dos trabalhadores.

ELETROBRAS

Retrospectiva 2016: o ano da ética?

Em 2016 os trabalhadores e trabalhadoras da Eletrosul receberam o Código de Ética e Conduta. Como forma de contribuir e refletir sobre esse valioso instrumento, que deve ser aplicado em todos os níveis hierárquicos, listamos abaixo alguns acontecimentos que marcaram o ano de 2016 na Eletrosul:

- Em ano de contenção de despesas com pessoal e redução do orçamento para treinamento, a contratação de Mestrado para três empregados (Marcus Vinícius Gelain, Rogério Bonini Ruiz e Wladimir Vieira) em Universidade privada, com custo de mais de cem mil reais, em processo que claramente sobrepassou a NG 014, ao descumprir o disposto na norma quanto ao processo de tramitação e à necessária vinculação do objetivo do curso com a atividade laboral e cargo dos solicitantes. Um deles está em cargo de nível médio no PCR, o que contraria totalmente referida norma;

- A manobra arbitrária da Diretoria da Eletrosul que modificou retroativamente a NG-018 e não permitiu aos novos empregados, que ingressaram no último concurso público, facultar entre a escolha do Plano de Saúde da Eletrosul e o Plano EloSaúde, obrigando-os a aderir ao último;

- A nomeação de assessor fantasma de fora da empresa a se locupletar de vantagens, alta remuneração e benefícios não concedidos sequer a um empregado de carreira da Eletrosul;

- O tratamento excludente dado aos empregados anistiados ao sinalizar com a possibilidade de concessão de mérito a partir do SGD e, no momento seguinte, frustrar suas expectativas, chegando ao final do ano sem realizar essa concessão;

- O desconto injusto de horas excedentes, sem possibilidade de adiamento do prazo de compensação, imposto às empregadas mães de recém-nascidos que, por conta de licença-maternidade e posteriores cuidados médicos, não puderam compensar as horas devidas em prazo hábil;

- E, contrastando com o exposto no item anterior, o fato de dois empregados ter 40 horas de ausência (uma semana) abonadas na frequência, por suas gerências, para participar de um curso de interesse particular que era somente para Conselheiros de Administração. Uma afronta ao código de ética que condena a utilização de privilégios pessoais.

- A compra de um camarote durante o carnaval do desfile das escolas de samba de Florianópolis para agrandar um vereador da capital;

- O loteamento de cargos dentro de grupos que envolveram até mesmo representantes de entidade sindical e correlatos, em desrespeito à situação da empresa e à conjuntura política e econômica interna e externa;

- A descompostura profissional de alguns postulantes a cargos ou detentores de cargos marcando almoços ou outros encontros pagos por representantes de empresas privadas interessadas em negócios da Eletrosul, valendo-se de sua posição estratégica e ignorando a coisa pública;

- A falta de diálogo e as negativas dadas pelo Diretor Administrativo da Eletrosul a todas as demandas encaminhadas pela Intersul, incluindo a ampliação de dias de compensação nos feriados de final de ano, ampliação de horário núcleo de trabalho, aumento de horas abonadas por mês e a extensão da licença-paternidade para 20 dias que já é praticada em Fumas;

- O tratamento desigual concedido a empregados terceirizados, valendo-se de mecanismos nefastos (atraso de pagamentos e ameaças de demissão), precarizando relações de trabalho e empoderando prepostos assediadores, sem que os gestores da área responsável pelos contratos se comprometam com alternativas que gerem condições melhores e mais sadias de trabalho.

- A estranha insistência da gestão da empresa em manter uma fábrica de passivos trabalhistas que, sem dúvidas, poderá vir a colocar a Eletrosul em maus lençóis, forjando distorções no sistema de controle do relógio ponto (buraco negro de 10 minutos não contabilizados), criando motivos escusos e informais para a não concessão de méritos ou melhores avaliações no SGD, obrigando empregados terceirizados a trabalhar 44 horas semanais e contratando PJs (quarteirizados) que no futuro poderão reivindicar vínculo empregatício com a Eletrosul, entre tantos, tantos outros.

Na expectativa de que o ano que se inicia possa ser melhor para todos os trabalhadores, desejamos um 2017 repleto de saúde laboral, diálogo, união, luta e muita... muita ética!

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL DE INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região – SINERGIA, no uso de suas atribuições CONVOCA todos os seus associados, empregados das Empresas de Energia Elétrica de sua base territorial – CELESC Distribuição S/A, ELETROSUL Centrais Elétricas S/A, Engie Energia S/A, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Cooperativa de Prestação de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Jr. – CEREJ e Uirapuru Transmissora de Energia S/A, para participarem da Assembleia Geral de Instalação do Processo Eleitoral que será realizada no dia 09 de janeiro de 2017 (segunda-feira), às 17h30 em primeira convocação com quórum qualificado e às 18h, em segunda e última convocação com os presentes. A assembleia será realizada no auditório do Sinergia, sito à rua Lacerda Coutinho, 149, Chácara de Espanha, Centro, Florianópolis-SC, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1. Instalação do Processo Eleitoral;
- 1.1. Eleição da Comissão Eleitoral;
- 1.2. Definição da data da Eleição, duração da votação;
2. Assuntos Gerais.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2017

Mário Jorge Maia
Coordenador Geral do Sinergia

GOLPE II

O FIM DA VALORIZAÇÃO DO SM

Pela 1ª vez, desde 2002, salário mínimo não tem ganho real

A valorização do Salário Mínimo foi uma das mais importantes mudanças de paradigma da política do Brasil e impulsionou o crescimento da economia nacional na última década. Segundo o livro "Salário Mínimo no Brasil - a luta pela valorização", editado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), "o salário mínimo é um instrumento poderoso para enfrentar o patamar salarial baixo e a desigualdade de renda".

Apesar desta constatação, o Governo Federal, pela primeira vez em 13 anos, não concedeu reajuste acima da inflação para o salário mínimo. Desde o dia primeiro de janeiro de 2017, o salário mínimo passou de R\$ 880 para R\$ 937, resultado de um reajuste de

6,37%. A correção do salário mínimo altera também os valores de benefícios sociais, como o seguro-desemprego e o seguro-defeso, pago a pescadores.

Enquanto de 2002 a 2016 o salário mínimo teve uma valorização de mais de 75%, o novo Governo Federal ataca novamente a classe trabalhadora, estagnando o processo de distribuição de renda fundamental para a diminuição da desigualdade. A decisão do (des) Governo Temer, no entanto, não causa espanto. A batida tecla de redução de custos - que atinge apenas a camada mais pobre, enquanto os "amigos (empresários e classes políticas)" recebem incentivos e vultuosos reajustes, é, mais uma vez, a desculpa acabar com uma política que beneficiou mais de 48 milhões de pessoas nos últimos anos.

BURGUESES

de Nicolás Guillén

O poeta cubano Nicolás Guillén é um dos maiores símbolos culturais da revolução cubana. Perseguido e exilado durante a Ditadura de Fulgêncio Batista (1952-1959), Guillén retornou à Cuba após a revolução de 1959. Questionado sobre o que sentia ao ver seus antigos algozes sendo presos pela revolução, respondeu com o poema "Burgueses".

“

*Não me dão pena os burgueses
vencidos. E quando penso que vão a dar-me pena,
aperto bem os dentes e fecho bem os olhos.
Penso em meus longos dias sem sapatos nem rosas.
Penso em meus longos dias sem abrigos nem nuvens.
Penso em meus longos dias sem camisas nem sonhos.
Penso em meus longos dias com minha pele proibida.
Penso em meus longos dias.*

- Não passe, por favor. Isto é um clube.
- A relação está cheia.
- Não há vaga no hotel.
- O senhor saiu.
- Deseja uma mulher.
- Fraude nas eleições.
- Grande baile para cegos.
- Caiu o Prêmio Maior em Santa Clara.
- Loteria para órfãos.
- O cavalheiro está em Paris.
- A senhora marquesa não recebe.

*Enfim, toda recordação.
E como toda recordação,
que droga me pede você para fazer?
Além disso, pergunte-lhes.
Estou seguro
de que também recordam eles*

”

